

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 130

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE SETEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Tiago Amorim Novaes; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Neivo Beraldin - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02: Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 01: Pastor Edson Praczyk.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 087ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE SETEMBRO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Carlos Simões e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência comunica que recebeu em data de ontem a proposta de Orçamento para o ano 2000. Recebe o Orçamento devidamente protocolado e solicito então para que seja publicado e posteriormente enviado ao presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Cezar Silvestri.

De igual maneira recebemos também, por parte do Senhor Governador do Estado, o Plano Plurianual, que obedece o mesmo rito que a peça orçamentária.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 17/99

Curitiba, em 27.09.99.

Senhor Presidente.

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, o Anteprojeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2000, em conformidade com a Constituição do Estado do Paraná, a lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Portaria nº 42 do Ministério do Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999 e a Lei nº 12.605 de 06 de julho de 1999 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2000).

As propostas orçamentárias dos Órgãos/Unidades do Estado estão compatibilizadas com as orientações e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2000 e com a Proposta do Plano Plurianual, entregue a esta Casa de Leis nesta mesma data, cujas Linhas de Ação e respectivos Programas, apresentamos a seguir:

I - Geração de Empregos (Oportunidades de Trabalho)

Geração de Trabalho e Renda
Jovem Empresário
Atração de Investimentos
Internacionalização de Empresas
Cadeias Produtivas
Desenvolvimento do Turismo
Divulgação do Paraná
Eco-Turismo
Paraná Mineral

II - Desenvolvimento da Agropecuária (Ação no Campo)

Paraná 12 Meses
Desenvolvimento do Agronegócio

III - Segurança Pública e Desenvolvimento Social

Comunidade Segura
Universalização e Desenvolvimento Educacional
Qualidade no Ensino Público
Expansão e Melhoria no Ensino Médio
Paraná mais Saúde

Paraná mais Justiça
Desenvolvimento da Política de Assistência Social
Desenvolvimento do Ensino Superior
Paraná mais Habitação
Ação Cultural
Marcos Culturais
Desenvolvimento do Esporte e Lazer
Verão Paranaense
Paraná Solidarietà
Ordenação Fundiária
Plano de Saúde

IV - Desenvolvimento Urbano e Regional

Paraná mais Saneamento
Programa de Saneamento Ambiental - PRO-SAM
Programa de Saneamento Ambiental - PARANASAN
Paraná Urbano
Programa de Integração do Transporte Metropolitano de Curitiba

V - Infra-estrutura e Desenvolvimento Estratégico (Anel de Desenvolvimento)

Desenvolvimento Integrado dos Transportes
Paraná mais Energia

VI - Preservação e Desenvolvimento Sustentado do Meio Ambiente (Paraná Ambiental)

Paraná Ambiental
Rede de Biodiversidades
Regularização Fundiária, Cartografia e Cadastro

VII - Ações de Vanguarda (Paraná na Frente)

Vanguarda no Esporte
Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Fomento à Telemática
Ações Estratégicas

VIII - Administração Pública

Modernização da Administração Pública
Planejamento e Coordenação Geral
Paraná Fiscal
Modernização da Adm. Fazendária
Paraná mais Informação
Reparos e Construção de Prédios Públicos
Administração Pública
Judiciário mais Perto do Povo
MP - Ação pela Cidadania
Ação Legislativa
Serviço de Controle Externo ao Estado
Obrigações Especiais

A programação dos recursos por Programa se constitui no elo de ligação entre o Plano Plurianual e os Orçamentos Anuais.

O presente Anteprojeto de Lei compõe-se dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

A Receita Total, compreendendo as receitas de recolhimento centralizado e as receitas próprias de recolhimento descentralizado, está estimada em R\$ 10.954.512.680,00 (dez bilhões, novecentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e doze mil, seiscentos e oitenta reais), a preços de 1º de julho de 1999, conforme a seguir especificada:

RECEITA VALOR (R\$ 1,00)

1. Receita de Recolhimento Centralizado	9.277.873.880
2. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundações e Fundos	1.083.143.050
3. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista (para o Orçamento de Investimento)	593.495.750
4. TOTAL DA RECEITA	10.954.512.680

Do total das previsões de Recursos do Tesouro, R\$ 3.892.590.770,00 (três bilhões, oitocentos e noventa e dois milhões, quinhentos e noventa mil e setecentos e setenta reais) serão obtidos mediante as desestatizações da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO e com a venda de títulos públicos. A estimativa é obter R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) com a COPEL, R\$ 392.590.770,00 (trezentos e noventa e dois milhões, quinhentos e noventa mil e setecentos e setenta reais) com o BANESTADO e R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) com a comercialização de títulos públicos dos quais o Estado é portador.

A PARANAPREVIDÊNCIA será capitalizada em R\$ 2.100.000.000,00 (dois bilhões e cem milhões) com recursos provenientes da privatização da COPEL.

O total das receitas foi programado para atender as despesas dos orçamentos abaixo especificados, em consonância com as normas legais vigentes:

ORÇAMENTOS VALOR (R\$ 1,00)

1. Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta	10.361.016.930
---	----------------

ORÇAMENTOS

VALOR (R\$ 1,00)

2. Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista (excluindo as transferências do Tesouro)	593.495.750
--	-------------

O Orçamento das Instituições Estaduais de Ensino Superior está estimado em R\$ 560.847.720,00 (quinhentos e sessenta milhões, oitocentos e quarenta e sete mil e setecentos e vinte reais) sendo composto de:

Recursos do Tesouro	R\$ 308.351.050,00
Recursos Próprios	R\$ 252.496.670,00
TOTAL	R\$ 560.847.720,00

Nas Receitas de Recolhimento Descentralizado também está prevista receita de R\$ 230.100.000,00 (duzentos e trinta milhões e cem mil reais) na fonte 55 - Transferências da União - SUS, face à habilitação do Estado do Paraná para a Gestão Plena do Sistema de Saúde, já aprovada e em fase final de tramitação no Ministério da Saúde. Estes recursos, a serem repassados pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Estadual de Saúde, destinar-se-ão ao pagamento de procedimentos hospitalares e ambulatoriais de alto custo, realizados pelos prestadores do Sistema, excetuados aqueles realizados nos treze municípios que já estão em Gestão Plena (Curitiba, Londrina, Pato Branco, Maringá, Apucarana, Umuarama, Foz do Iguaçu, Campo Mourão, Francisco Beltrão, Mandaguari, Terra Boa, Dois Vizinhos e São Jorge do Patrocínio).

O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista apresenta de Transferência do Tesouro Estadual R\$ 265.711.290,000 (duzentos e sessenta e cinco milhões, setecentos e onze mil, duzentos e noventa reais) o que implica em um total do Orçamento de Investimento, na ordem de R\$ 859.207.040,00 (oitocentos e cinquenta e nove milhões, duzentos e sete mil e quarenta reais), destacando-se dentre eles o da Companhia Paranaense de Energia no valor de R\$ 435.031.000,00 (quatrocentos e trinta e cinco milhões e trinta e um mil reais) e o da Companhia de Saneamento do Paraná no valor de R\$ 268.058.510,00 (duzentos e sessenta e oito milhões, cinquenta e oito mil e quinhentos e dez reais).

Os Anexos que fazem parte deste Anteprojeto de Lei contêm detalhes sobre o Programa de Trabalho do Governo, bem como informações da situação econômica e financeira do Estado, através da Exposição Justificativa.

O Anteprojeto de Lei para o exercício de 2000 possui uma nova apresentação dos orçamentos, uma vez que as ações estão identificadas em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, conforme determinação da Portaria nº 42 do Ministério do Orçamento e Gestão. Nas Operações Especiais foram englobadas aquelas despesas em relação as quais não se possa associar um bem ou serviço a ser agregado no processo produtivo, ou seja Inativos e Pensionistas, Precatórios, Dívida, Indenizações e outras afins.

O Poder Executivo ficará à disposição, através da Secretaria de Estado da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

Ofício:

OFÍCIO Nº 143/99/GL-PMDB

Curitiba, em 29.09.99.

Senhor Presidente.

Tendo em vista a realização de solenidade de posse da nova diretoria da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Curitiba (UMESC), a ser realizado no dia 01 de outubro de 1999, às 17:00hs, venho por intermédio do presente, solicitar de V. Exa. o Plenarinho desta Casa de Leis para a realização do mesmo.

Sendo assim gostaria de informar que em contato com o órgão responsável da Assembléia Legislativa, constatamos que o auditório tem disponibilidade para a data citada.

Certo de poder contar com a atenção de V. Exa., aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Cordialmente.

Sala das Sessões, em 29.09.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1998

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem respeitosamente comunicar, através do presente, o desligamento do Partido Socialista Cristão, P.S.C., tendo em vista a filiação ao Partido da Frente Liberal, P.F.L.

Sala das Sessões, em 29.09.99.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2005

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER após ouvido o douto e soberano Plenário, a solicitação de que tenha uma sessão especial para a instalação do I Simpósio de Álcool e Açúcar no Estado do Paraná, a realizar-se das 09:00 horas até as 17:30 horas, do dia 09 de novembro de 1999, no Plenarinho desta Casa de Leis, sendo que haverá encerramento com coquetel no Salão Nobre, onde estarão presentes todos os representantes das Indústrias Automobilísticas do País, representantes de Cooperativas de Álcool e Açúcar do estado do Paraná.

Pelo exposto e pela importância do Simpósio, esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.09.99.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1995

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, alusivos ao seu 87º aniversário, que ocorrerá no próximo dia 8 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Comandante do Corpo de Bombeiro Coronel QOBM Renê Roberto Witek, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Nunes Machado, nº 100, CEP 80250-000, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 29.09.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1996

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a SECOVIMED, Serviço Social de Habitação do Paraná, alusivos a sua certificação ISO 9002, ocorrido no último dia 12 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente do SECOVIMED Sr. Edmar Arruda, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Barão do Rio Branco, 63 - 8º andar, CEP 80010-180, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 29.09.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2001

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de

congratulações ao Hospital Universitário Evangélico (Alameda Augusto Stelfeld, 1098, Curitiba), pela comemoração de seus 40 anos.

Sala das Sessões, em 29.09.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Está comemorando seus 40 anos de fundação, o Hospital Universitário Evangélico de Curitiba, o maior hospital privado do Estado.

O Hospital Evangélico é mantido pela sociedade Evangélica Beneficente (SEB) e possui 580 leitos, na maioria do SUS. O Hospital possui ainda a única clínica de queimados do Estado, além de grande expressão no setor de transplantes.

Ao comemorar os 40 anos do Hospital Evangélico e as três décadas da Faculdade de medicina, a Sociedade beneficente tem os olhos voltados para o futuro. A SEB tem a intenção de implantar junto à sede da faculdade de Medicina, o Centro Universitário Evangélico do Paraná, com os cursos de enfermagem, Nutrição, teologia, Fisioterapia e Psicologia.

O Hospital Evangélico também está ampliando a sua estrutura, com uma reforma em andamento que prevê a modernização do pronto-socorro, que atualmente atende a metade das emergências de Curitiba, e aumento de leitos em mais 100 unidades.

Ao Hospital Universitário Evangélico de Curitiba, Instituição que desponta como uma das mais importantes do nosso Estado, ponto de referência na área de queimados no País, pelo grande trabalho que vem prestando à nossa população e pela comemoração de seus 40 anos, receba a instituição, através do Dr. André Zacharow, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2002

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações a Polícia Civil, pela comemoração de seus 146 anos.

Sala das Sessões, em 29.09.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Civil do Paraná está comemorando 146 anos. São 146 anos de história no nosso Estado, sempre defendendo o povo do nosso Paraná.

Em 1853, pela Lei nº 704, o Imperador D. Pedro II, criou a Província do Paraná, com os limites da antiga 5ª Comarca de São Paulo e por Decreto Imperial nº 1237 de 28 de setembro, determinou que o Chefe de Polícia do Paraná fosse especial, não acumulando o cargo com o Juiz de Direito. É nomeado seus primeiro titular, por Decreto Imperial de 20 de

outubro, o bacharel Antonio Manoel Junior, que toma posse no cargo em 19 de dezembro, logo após assunção de Zacarias de Góes e Vasconcellos como Presidente da Província. Exercia o Cargo de delegado de polícia na Capital, o Dr. Antonio Cândido Ferreira de Abreu.

Em 1942 foi extinto o cargo de chefe de polícia cuja competência foi atribuída ao Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, passando a chefatura a Departamento de Segurança Pública.

O Decreto nº 8.245, de 24.05.62 aprovou o Regimento da Chefatura de Polícia, fixando como fim primordial da Polícia Civil, manter a ordem, a segurança e a tranqüilidade pública, assegurando todas as garantias individuais e prestando aos órgãos competentes, sua colaboração técnica e científica, para uma perfeita ação preventiva e repressiva na manutenção do regime e das instituições vigentes no País. Estabelecida ainda que os serviços policiais seriam supervisionados, dirigidos e orientados pelo chefe de polícia diretamente subordinados ao governo.

Em 1962, pela Lei nº 4615, a chefatura de polícia foi extinta e criada a secretaria de Estado da Segurança Pública e a Polícia Civil passa a integrá-la com a denominação de Diretoria de Polícia Civil, sendo dirigida por um Diretor, subordinado diretamente ao Titular da Pasta Secretarial.

A Lei Complementar nº 14 de 1982, denominada de "Estatuto da Polícia Civil do Paraná", transformou a denominação para Departamento de Polícia Civil e o seu titular passou a delegado Geral, subordinado ao Titular da Secretaria de Segurança a ser exercido por bacharel em Direito de preferência por ocupante do cargo de delegado de polícia da classe mais elevada.

Atualmente, a Polícia Civil do Paraná, tem à frente o Dr. Newton Rocha, que vem desempenhando com responsabilidade o cargo que ocupa. A corporação tem feito muito em benefício da Segurança Pública do Estado.

Pela comemoração de seus 146 anos, receba a Polícia Civil do Paraná, através de seu delegado Chefe, Dr. Newton Rocha, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2003

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação em Ata da presente sessão plenária votos de congratulação, pela brilhante passagem dos 75º anos de Aniversário do nosso Município de Cambará, no dia 21 de setembro de 1999, neste Estado.

Pelo acima exposto e pela importância desta data do aniversário, esperamos contar com o devido apoio dos nossos Pares nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.09.99.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 2004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão plenária votos de congratulação, pela brilhante passagem dos 146º Aniversário da Polícia Civil do Estado do Paraná, do dia 28 de Setembro de 1999, Curitiba, neste Estado.

Pelo acima exposto e pela importância do convite, esperamos contar com o devido apoio dos nossos Pares nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.09.99.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1992

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando a construção de uma Ponte sobre o Rio Iporãzinho, entre o Distrito de Nilza, Município de Iporã e localidade Jardim Paredão, Município de Altônia, com aproximadamente 12,5 metros de extensão.

Sala das sessões, em 29.09.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1993

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando a conclusão do projeto Caminhos do Saber, obra iniciada, entre o Município de Iporã e Oroetê.

Sala das Sessões, em 29.09.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1994

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando as obras referentes Projetos Amigos do Saber, ligando o Distrito

de Nilza, Município de Iporã e Jardim Paredão, Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 29.09.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1997

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Jaime Lerner, Governador do Estado, solicitando a homologação do concurso público da Polícia Civil para os cargos de investigador e escrivão, e com isso viabilizar o ingresso dos aprovados no quadro geral do funcionalismo.

No dia 05 de maio de 1997 a Secretaria de Estado da Segurança Pública oficializou o concurso público para o provimento de cargos de escrivão (718 vagas) e para investigador (9212 vagas). Todas as provas foram realizadas em Curitiba. Os inscritos tiveram gastos com matrícula, transporte, alimentação, alojamento e com os exames de saúde. As comissões alegam que os aprovados em todas essas etapas já realizadas devem fazer apenas a Escola da Polícia Civil. Contudo já se passaram dois anos, e o Estado, através de suas autoridades, não vem procedendo aos atos pertinentes para a efetiva nomeação.

Enquanto o concurso não é homologado, nota-se um grande crescimento dos crimes em todo o Paraná, pois a Polícia Civil vive uma carência caótica de material humano já que o contingente atual é o mesmo de 1978.

Sala das Sessões, em 29.09.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2007

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Exmos. Presidentes do Senado Federal e da Câmara Federal, bem como aos membros da Bancada Paranaense do Congresso Nacional, solicitando a elaboração de emenda à Constituição Federal excluindo a imunidade parlamentar por crimes que não sejam aqueles previstos no *caput* do art. 53 da Magna Carta, cujo teor passaria a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 53 (mantido)

§ 1º - Desde a expedição do diploma, os Deputados e Senadores não poderão ser processados criminalmente por opiniões, palavras e votos sem prévia licença do Congresso Nacional, que deverá ser apreciada no prazo de sessenta dias, contados do seu recebimento, sob pena de prosseguimento do processo.

§ 2º - Os Deputados e Senadores serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 3º - Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre as informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou delas receberam informações.

§ 4º - No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Casa respectiva, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize ou não, a formação da culpa.

§ 5º - A incorporação às forças armadas de Deputados e Senadores, embora militares, e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença do Congresso Nacional.

§ 6º - A imunidade de Deputados e Senadores subsistirá durante o estado de sítio, só podendo ser suspensa mediante voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos, praticados fora do recinto do Congresso, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

§ 7º - A posse no mandato de Deputado e Senadores fica condicionada à renúncia ao direito de sigilo bancário durante o período do seu exercício.”

Sala das Sessões, em 29.09.99.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2008

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando para dar início a operação policial denominada “Bandeira 2” em Curitiba e Região Metropolitana, proporcionando maior segurança aos taxistas que trabalham no período noturno.

Sala das Sessões, em 29.09.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Em 1998 a operação “Bandeira 2”, foi desenvolvida com grande êxito, trazendo resultados positivos, dando mais tranquilidade e segurança aos taxistas.

Hoje, com uma média de dois (02) assaltos por noite, em Curitiba e na Região Metropolitana, os taxistas estão novamente inseguros e intranquilos, para prosseguir com seu trabalho no período noturno.

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência ao Senhor Cândido Martins de Oliveira - DD. Secretário de Estado da Segurança Pública - Edifício Caetano

Munhoz da Rocha, Centro Cívico - CEP 80.530-910 - Curitiba / PR, com cópia para as Associações de Rádio Táxi, conforme anexo.

REQUERIMENTO Nº 2006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando as seguintes informações sobre contratos firmados entre a Secretaria e locadoras de veículos desde 1995:

- razão social de locadoras contratadas;
- data de estabelecimento do contrato;
- período de vigência dos contratos;
- tipo e quantidade de veículos contratados;
- valor contratado mensal e
- cláusulas especiais.

O Paraná vive um momento delicado no tocante à situação econômico-financeira.

Para termos certeza de que não há desperdício do dinheiro público em contratações indevidas e para que este processo seja esclarecido não só a este Deputado, mas ao povo paranaense, espero ver o requerimento aprovado pelos Senhores Parlamentares.

Sala das Sessões, em 29.09.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

Hermes Fonseca, Waldyr Pugliesi, Ademir Bier e Orlando Pessuti.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 499/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Agronegócio, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.09.99.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Agronegócio foi instituída para agilizar os trabalhos nas áreas de pesquisa e desenvolvimento do Agronegócio, promovendo o relacionamento entre entidades de ensino, pesquisa,

extensão, indústria e empresas públicas e privadas, ligadas aos vários segmentos da produção, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 500/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Creche São Paulo Apóstolo, com sede e foro no Município de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.09.99.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede na Rua Carlos Gomes, s/nº - Praça Tiradentes, na Cidade de Umuarama, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de Direito Privado, filantropica, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

A Creche São Paulo Apóstolo, tem por finalidade: promover o bem estar do menor provindo de família de baixa renda, sem distinção de raça, cor, credo, política e religião; promover o atendimento das necessidades básicas de saúde, educação, nutrição, segurança social, afeto e compreensão, para o desenvolvimento da criança assistida; promover a ocupação, o amparo, a promoção e a integração do menor à sociedade.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoioamento e conseqüente aprovação a esta proposta de lei, que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

Esta Presidência comunica que recebeu em data ontem a proposta de Orçamento para o ano 2000. Recebo o Orçamento devidamente protocolado e solicito então para que seja publicado e posteriormente enviado ao Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Cezar Silvestri.

De igual maneira recebemos também, por parte do senhor Governador do Estado, o Plano

Plurianual, que obedece o mesmo rito que a peça orçamentária.

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

No horário do PTB concedo a palavra ao Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente quero fazer aqui um agradecimento à Presidência da Casa, à Mesa Executiva, aos Srs. Parlamentares que ontem estiveram aqui presentes na Sessão que realizamos, uma Sessão Especial onde fizemos homenagem ao Ano Internacional do Idoso.

Para muitos, talvez, não seja tão interessante tratar da matéria, no entanto nós entendemos que é de fundamental importância, e quem ontem permaneceu em Plenário, me deu a honra da presença, pôde sentir, no pronunciamento que fiz, muito embora um tanto quanto longo mas mostrando com dados técnicos, mostrando com clareza, o grande desafio que enfrentarão os governos, tanto municipal, estadual e federal, no que diz respeito à questão da velhice, à questão da 3ª idade.

E a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que votou, no ano passado aqui, a lei que cria a política do idoso, vai precisar se debruçar ainda este ano em cima da matéria, novamente, porque temos algumas inovações que precisam ser incluídas nesta lei.

É por isso que peço aos Srs. Parlamentares que tenham um pouco de atenção com esta matéria. É uma matéria que, volto a dizer, um desafio para todos nós. Nós, homens públicos, que temos a responsabilidade de analisar esta questão.

Por isso eu queria, neste momento, fazer um agradecimento ao Presidente, Nelson Justus, ao vice-Presidente, José Maria Ferreira, que acompanhou até o final a nossa sessão e outros Parlamentares que nos deram o prazer das suas presenças aqui.

Mas venho também à tribuna hoje, Sr. Presidente, para dizer que na última segunda-feira à noite, participamos de uma reunião com os Prefeitos da região do Vale da Ribeira. Uma reunião que também teve muita importância porque trata de questões de desenvolvimento desta região, que é uma das mais pobres do Estado do Paraná, e que, lamentavelmente, a oito governos que passaram pelo Palácio Iguaçu, prometeram uma série de melhorias para aquela região. E lamentavelmente as coisas não aconteceram até hoje.

Então na reunião da última segunda-feira debatemos a questão do item primeiro, a questão da BR-476, que eu já vou adiantar também aqui, sen-

hores parlamentares, naquela reunião estavam os Deputados Federais Luciano Pizatto, Max Rosenmann, Deputado Estadual Kielse Crisóstomo e a minha pessoa, quando tratamos da questão 476, Sr. Carlos Simões, o senhor também tem muita votação naquela região e tenho certeza também tem interesse em tratar da questão E o que me chamou a atenção é de que uma briga, depois de tantos anos, depois de tanta luta. Eu mesmo estive em Brasília, no ano passado ainda, participando de uma reunião da bancada federal, quando ainda vice-Prefeito de Curitiba, e a bancada discutia a inclusão de emendas ao orçamento da União. E esta Emenda estava praticamente fora, alijada daquele processo. Nós fomos à tribuna, na Comissão de Orçamento, defendemos a necessidade do asfaltamento da BR-476 no trecho Bocaiúva/Adrianópolis e conseqüentemente esta Emenda voltou. Esta emenda foi aprovada no último orçamento, com uma dotação de trinta milhões de reais e já veio até uma pequena parcela. Mas já veio, comprovando o interesse do Governo Federal, de que a obra aconteça, nem que ela venha demorar dois, três, quatro anos, mas o importante que ela possa acontecer.

Agora, o que nos surpreendeu nos últimos dias foi o fato de que a empresa ganhadora, pelo melhor preço colocado teria sido a J. Malucelli. No entanto, o Ministério dos Transportes, acabou acatando a proposta de uma outra empresa de Minas Gerais. E nós ficamos nesse imbróglio judicial, que certamente vai acontecer. Porque outras três empresas se julgavam injustiçadas no processo, porque apresentaram uma melhor proposta, e no entanto, vai acabar sendo beneficiada uma outra empresa. A não ser que essas três outras empresas não tenham completado documentação, informação, alguma outra coisa. E conseqüentemente foi dada a condição para a empresa mineira.

Quer dizer, um processo que já se arrasta a oito Governos que passaram pelo Palácio. Um processo que essa Casa já tem discutido constantemente. No momento que poderia estar concluído e com as obras já iniciando, o que é que a gente vê, agora um briga jurídica, que pode levar seis meses, um ano, dois, três, quatro. E, de repente, mais uma vez o povo de Bocaiúva, Adrianópolis, Cerro Azul, Dr. Ulisses, essa região toda poderá continuar sendo prejudicada.

Por isso a reunião que tivemos anteontem à noite, tratando deste assunto. Então ficamos encarregados, eu, o Deputado Kielse, de agendar uma audiência com o Sr. Governador para que ele também entre no processo. O Governador tem que demonstrar também interesse que essa obra aconteça na BR-476, na estrada da Ribeira e que se tente fazer o entendimento entre as empreiteiras, para que não haja esse trancamento do processo.

Queria pedir ao Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, que nos ajudasse marcando para a

próxima semana, uma audiência com o Governador Jaime Lerner, para que receba, não somente eu, Deputado Kielse, mas aqueles que se interessam pelo Vale da Ribeira, para que a gente possa, juntamente com os prefeitos, discutir essa questão. Não é um problema do Governo do Estado. O dinheiro é dinheiro federal, mas como há essa briga jurídica, que o Governo entre no processo e mostre que tem vontade que a obra aconteça. E chamar, de repente, junto ao DNER alguma condição de entendimento para que não se enterre mais 3, 4 anos esta obra tão sonhada pelo povo daquela região. O desenvolvimento do Vale da Ribeira só vai acontecer no momento em que tivermos o asfaltamento da Estrada da Ribeira.

Estava lá o Rafael de Lala que acompanhou a sessão e fez a ata da sessão também e que sabe da luta do nosso falecido Anibal Khury que sempre brigou por esta região também. O Anibal Khury não está mais aqui. Então nós precisamos mostrar a força da Assembléia, dos Parlamentares nas suas reivindicações. Por proposição, porque é uma estrada federal, do Deputado Luciano Pizzato e acatada pelo Deputado Max Rosemamm a aceita pelos prefeitos, esta rodovia, que foi a única ligação que existia entre Paraná e São Paulo, receberá o nome do nosso ex-Presidente Deputado Anibal Khury. Vai se chamar BR-476 Rodovia Deputado Anibal Khury, homenagem ao nosso presidente que sempre teve uma preocupação muito grande com a região do Vale da Ribeira.

Outro assunto que trago à tribuna é a questão da PR-092. E aqui entra o Governo do Estado. Há muitos anos se reivindica esta questão da PR-092 que liga Rio Branco do Sul a Cerro Azul. É a minha região, é a do Deputado Cleiton Kielse, é a região onde muitos parlamentares conseguem seus votos. É preciso fazer alguma coisa por essa região. Não podemos deixar passar mais, 2, 3, 4 anos sem nada acontecer. Sai asfalto lá no noroeste; no Norte do Paraná e não sai o asfalto, aqui pouca coisa entre Rio Branco do Sul - Cerro Azul. Pouca coisa entre Bocaiúva e Adrianópolis. Pouca coisa entre Bocaiúva e Dunas do Paraná. E é uma região carente e precisa para poder se desenvolver, do asfalto. Sem o asfalto não acontece o desenvolvimento. Perdemos de vista para São Paulo. A região de Cerro Azul é uma das maiores produtoras da fruticultura. E, lamentavelmente estamos perdendo safras. Agricultor jogando fora, porque não consegue competir com São paulo. O frete sai caro por causa da estrada. A qualidade do produto fica ruim, porque a estrada não oferece condições. Então, é preciso que façamos alguma coisa, que não fiquemos apenas no discurso fácil. Vamos para a prática e façamos as coisas acontecerem.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Algaci Tulio, é muito importante quando Vossa Excelência sobe à tribuna para defender os interesses da Região Metropolitana de Curitiba do Vale da Ribeira, região tão abandonada pelos governos. Não dá nem para citar se é esse ou aquele governo. O único governo que vai fazer, preparar a base para se construir uma estrada foi o Governo Álvaro Dias.

Enfim essa obra não sai. Temos que acrescentar algo mais importante. O Vale da Ribeira, especialmente, Cerro Azul produz o casulo, que é a grande plantação de amoreira que tem ali naquela região do Cerro Azul. Nós no Paraná somos o maior produtor de casulo do Brasil.

O que acontece? Existe aqui as multinacionais como o Kanebo Silk do Brasil e a Bratake, que fornecem a semente para que esses municípios, destacadamente, o Noroeste do Estado, Nova Esperança, Maringá e aquela região. eles plantam amoreira, transformam amoreira em casulo e o Paraná vende o casulo para o primeiro mundo: Itália, China, Japão. Nós estamos deixando de agregar empregos e renda na confecção dos fios, da tecelagem, da tinturaria, da estamparia, na gomagem, na venda do produto. no caso aqui, do Paraná teria que fazer para livrar esses produtores dessas multinacionais, um exemplo típico é a Nova Esperança. Em Nova Esperança são 12.500 colonos que vivem da plantação da amoreira. Esses 12.500 colonos, que vivem em tremendas dificuldades, que ganham pouco na produção da amoreira, na venda dos casulos. Se tivesse a mão amiga do Governo, para colocar para eles a tecnologia, de criar o bichinho, que é uma chocadeira que tem várias encostadas no Paraná, estão na mão da Bratake e da Kanebo, e outras multinacionais, com treze milhões de reais, nós tornaríamos a produção independente no Estado do Paraná.

Vejo o que seria o ganho daquele que vive da plantação de amora, podendo vender o casulo, e após da colheita do casulo poder fazer a fiação. Ganhando na fiação, na tecelagem, na tinturaria, enfim, criando a cadeia produtiva.

Acho que todos nós aqui da Assembléia Legislativa, especialmente, os Deputados que representam as suas regiões, nós que temos a nossa obrigação de representarmos aqui a Região Metropolitana, que é uma região importante, porque afinal, 70% da produção da receita do ICMS do Estado é aqui da nossa Região Metropolitana.

Mas, aqueles Deputados que vieram de Maringá, por exemplo, que vieram daquela região do Norte do Paraná, poderiam somar conosco um tra-

balho para, em conjunto com a Secretaria da Indústria e Comércio e o Governo do Estado, tornarmos um projeto dessa realidade. Colocar no Orçamento do ano que vem esses recursos, para que possamos, efetivamente, alavancar a produção do nosso Estado, transformar essa matéria-prima em emprego e renda. Não digo só da seda, o algodão é a mesma coisa o rami é a mesma coisa, a soja, podíamos transformá-la em óleo.

Então, acho que a nossa riqueza, a nossa terra fértil, a qualidade dos nossos produtores em fazer com que essa economia transcenda as fronteiras do Paraná, e represente 30% do setor agrícola do Brasil, industrializarmos essa produção.

Acho que a nossa política maior aqui na Assembléia Legislativa, além de representarmos a ansiedade dos Prefeitos e dos Vereadores é nos inserirmos na questão produtiva do Estado. Fazeremos aqui uma outra política, uma política diferente, uma política da produção, uma política da valorização da mão-de-obra, daqueles que precisam da mão amiga do Governo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO

É exatamente em cima dessa sua colocação, que tenho também o pensamento, Deputado Neivo Beraldin.

A Assembléia precisa exercer esse papel, não pode ser tão somente uma casa política, onde se atém apenas na questão política partidária, a que partido pertence, para que partido vai. Tudo bem que o momento está se inspirando nessa situação, mas precisamos trazer para Casa, como trouxe o Deputado Ângelo Vanhoni, a discussão da cultura, como trouxemos a discussão da Lei dos Recursos Hídricos. Precisamos trazer, discutir com mais profundidade. Talvez, fosse também interessante desengavetar, Senhor Presidente, sei que isso custa, tem um custo, mas se não tiver um custo a coisa não acontece.

Há um projeto meu aqui desde a minha primeira legislatura, que não sei em que gaveta está, projeto que previa descentralização da Assembléia, que a Assembléia cada mês fosse a uma micror-região e lá permanecesse talvez dois dias. Prefeitos ajudam. Todos se ajudam. Deputado vai à região, para que a gente possa lá na ponta, com o agricultor ou cada um da sua cultura, ouvir, discutir e se aprimorar nessa discussão. Precisamos ocupar esse espaço que não estamos ocupando. É necessário, fundamental e é esta a cara nova que queremos dar à Assembléia. Passa também por aí. É necessário que a gente pense nisso, porque há um desgaste da classe política e é preciso que a gente resgate isso, mostrando serviço, não apenas no último ano que é próximo ao ano eleitoral a gente querer aparecer e

fazer alguma coisa. Temos que fazer já, ocupar esse espaço.

Concedo aparte ao Deputado Zucchi.

O SR. Augustinho Zucchi

Gostaria de agradecer a Vossa Excelência por me conceder esse aparte e me somar às palavras do Deputado Neivo Beraldin, que colocou uma parte do setor produtivo na área da agricultura do Estado do Paraná, e dizer a Vossa Excelência que nós, do Poder Legislativo, embora tenhamos apenas o poder do Parlamento, com diálogo com a sociedade, enfim, da escuta das aspirações da sociedade, mas também temos condição de interferir naquilo que de concreto vai acontecer para a sociedade e Vossa Excelência está dizendo com propriedade que precisamos interferir para que possamos gerenciar melhor a destinação da ação do Estado com relação ao atendimento das necessidades da população. Não vamos desvirtuar o seu pronunciamento, mas colocar o seguinte: vamos em termos práticos, estamos recebendo o orçamento do Estado, comunicado pelo Senhor Presidente, entregue ontem, numa deferência especial, pelo Senhor Governador, aqui nesta Casa, com a presença de inúmeros Deputados, mas a vocação do nosso Paraná é a vocação da área da produção que não pode mais ser primária. Tem que ser industrializada e o nosso Presidente participou decisivamente de uma etapa da industrialização do Estado do Paraná, mas veja bem, Deputado Algaci, consta do nosso orçamento, quem sabe o menor índice até hoje colocado no orçamento da agricultura do Estado do Paraná. Não será possível estabelecermos a prioridade naquilo que é a nascente do nosso Estado, que é o setor produtivo, especialmente o setor da nossa agropecuária. Devemos nos irmanar e termos uma atitude com relação a essa questão, porque senão, dessa forma, de que vale fazermos a estrada do Vale da Ribeira, se não poderemos lá dar o incentivo necessário para que a nossa produção continue a ser o que é? Do que vale termos o equilíbrio social no Estado através dos empregos gerados pela agricultura, se não tivermos o apoio necessário? Não temos tido a contrapartida do Paraná Doze Meses para cerca de 130 milhões de reais na sua aplicação. Está na hora de discutirmos essa questão e vamos dar prioridade ao setor produtivo do Estado do Paraná.

Me desculpe se extrapolei o seu pronunciamento, mas queria me somar à preocupação do Deputado Beraldin.

O SR. ALGACI TULIO

Absolutamente. Provoquei e fiquei feliz porque Vossa Excelência também apartou e ninguém mais do que Vossa Excelência que já trabalhou num órgão do Governo do Estado, sabe dessas

prioridades. Temos que discutir, temos que provocar essas situações, nos colocarmos como agentes dessa nova política que se implanta no Estado do Paraná, não fazemos apenas o papel de votar “sim” ou “não” e não ir na essência da matéria que temos que discutir.

Mais uma vez, concedo aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Lembrei da questão do Frigorífico Chapecó.

Nós vimos quanto tempo aquelas famílias em greve de fome em Cascavel, porque não tinham recurso do BNDES para manter os seus galinheiros, para criar os frangos e ganhar o seu sustento.

No entanto, nós aqui deixamos escapar o Banco do Estado acabou repassando recursos oriundos do BNDES, para o Frigorífico Chapecó, para os patrões que acabaram investindo recursos em outros segmentos da economia e deixaram aquelas famílias à mercê.

Agora, assumiu também um outro grupo que também não sei da sua história, não posso comentar se é bom ou não, mas está na mão do Grupo Marka.

O BNDES, é uma barbaridade o que eles fazem, é um absurdo, os recursos: ainda esta semana A Folha de São Paulo trouxe uma reportagem que 90% dos recursos do BNDES não vão para o pequeno, vão para os grandes, aqueles grandes “lobistas”, não sei se deixam comissão para os diretores ou não deixam, não sei quem e quem, porque é que aconteceu tantas barbaridades no Brasil e que nós não conseguimos detectar, porque talvez a nossa preocupação no dia-a-dia esteja aqui na questão de política, agora, tantas outras situações, por exemplo, nós poderíamos construir silos, para que um determinado grupo de agricultores pudesse armazenar a sua produção.

O que acontece, Algaci, o pequeno agricultor, ele colhe lá 100, 200 sacas de milho, ele tem que vender a qualquer preço, senão ele vai perder, porque não tem onde armazenar.

Poderíamos criar silos aqui no Paraná, para 5, 6 agricultores que formassem uma associação e pudessem armazenar a sua produção para vendê-la no momento melhor.

E aí vem, eles tem que vender rapidamente, acaba caindo na mão das cooperativas, que são muitas vezes dirigidas por pessoas que não acabam cumprindo o seu dever e finalmente quem paga a conta é sempre o pequeno trabalhador rural, e aquele que nós poderíamos estender a mão, como já disse, a mão amiga do Governo do Estado, criando programas para melhorar a sua qualidade de vida, para mantê-lo no campo, e aí deixar de acontecer tudo aquilo que Vossa Excelência conhece muito

bem, que é o crescimento desordenado das nossas cidades.

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado, Deputado Neivo Beraldin, fico feliz porque vim à tribuna e provoqueei, e os companheiros parlamentares se manifestaram.

Acho que é desta forma que nós de repente, começamos encontrar algumas soluções, encontrar caminhos.

Acho que este é o papel da Assembléia, e eu queria completar dizendo que há este projeto meu, de descentralização da Assembléia, como já ocorre, me parece, o Rio Grande do Sul, já adota esta descentralização não sei o seu território é menor que o Paraná, acredito que não, portanto, ficam cidades em extremos, nós poderíamos fazer, quem sabe, de repente, um projeto piloto, uma experiência, uma microrregião mais próxima, e levar a Assembléia por dois dias lá, vamos discutir com os segmentos locais, o que está ocorrendo, qual a carência daquela região, e no que a Assembléia pode interferir, especialmente neste momento em que a Assembléia vai começar a discutir a questão do seu orçamento.

Agradeço, Senhor Presidente, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças:

PPB, PSC, PDT, Liderança do Governo.

(Declinam)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 143/99/GL-PMDB, subscrito pelo Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o Plenarinho desta casa para a realização da Solenidade de posse da nova diretoria da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Curitiba (UMESC). **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Mensagem nº 17/99, subscrita pelo Sr. Governador do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que estima e fixa a despesa do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2000. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 1998, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, comunicando seu desligamento do Partido Social-

ista Cristão, P.S.C., tendo em vista a filiação ao Partido da Frente Liberal, P.F.L.. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 478/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Maringá Vôlei Clube, com sede e foro no Município de Maringá. **Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/99, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lobato, com sede e foro no Município de Lobato. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 474/99, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Jussara. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 394/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Humberto de Campos, com sede e foro no Município de Bela Vista do Paraíso. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terras e benfeitorias à Prefeitura Municipal de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J..

Emenda - **Aprovada.**

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 463/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas "Herdeiros da Tradição de Arapongas", com sede e foro no Município de Arapongas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 473/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Instituto "Torre Forte" de Recuperação dos Toxicômanos, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Luiz Alfredo Malucelli. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 16, de 17.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 114/99

P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 114/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que visa conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Luiz Alfredo Mallucelli.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
NEREU MOURA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Miguel Gellert Krigsner, Presidente do Grupo "O Boticário". COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 31, de 22.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 195/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Miguel Gellert Krigsner, Presidente do Grupo "O Boticário".

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.09.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente em exercício

NEREU MOURA - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/99, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Waldemar Scar-dazzi. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 82, de 29.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 372/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Waldemar Scardazzi.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

NEREU MOURA - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Rubens Aparecido Gennaro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 96, de 17.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 439/99

P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 439, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que visa conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Rubens Aparecido Gennaro.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada

encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.09.99

(aa) CESAR SELEME - Presidente em exercício

NEREU MOURA - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 030/99, de autoria da Comissão Executiva, que altera o Artigo 12 do Regimento Interno, criado pela Resolução nº 159/90 de 28.12.99. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 123, de 22.09.99).**

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do projeto de Resolução nº 031/99, de autoria da Comissão Executiva, que institui a Comissão Permanente de Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no D.A., nº 123, de 22.09.99.).**

ITEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 11/99, de autoria da Comissão Executiva, que autoriza o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, a ausentar-se do País, com destino à Alemanha.

DISCUSSÃO ÚNICA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 30 do corrente e 06 de outubro próximo, com destino à Alemanha, a fim de, em Berlim, Essen e Duisburg, participar de reuniões com empresários visando atração de investimentos para o Estado do Paraná, com especial atenção à conclusão da Ferroeste e a implantação do Polo Intermodal do Oeste e, ainda, em Hamburgo, participar de congresso com temas voltados aos negócios em mercados de interesse do Estado do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.09.99.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, estamos discutindo, neste momento, o Projeto de Decreto Legislativo nº 11/99, que visa autorizar Sua Excelência o Senhor Governador

dor Jaime Lerner ausentar-se pela 31.^a vez do nosso País, 57 meses, segundo a conta que me fez, rapidamente, o Deputado José Maria Ferreira, 31.^a viagem do nosso Governador. E o que nós lemos na imprensa no dia de ontem, pudemos assistir e ouvir no dia de hoje, e também ler nos jornais, e numa rápida leitura que fizemos da exposição de motivos de Sua Excelência o Governador, ele nos dá conta de que irá à Alemanha, em especial à Feira de Hamburgo, para nesta feira e em outras reuniões que manterá com empresários, buscar a adesão de empresários alemães para a implantação de um ramal ferroviário ligando Cascavel-Toledo-Palotina-Guaíra e a implantação de um porto intermodal, se não me falha a memória é isso, no Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Nos chama a atenção, justamente, porque nós tivemos ao longo desses 57 meses do Governo Jaime Lerner, oportunidades as mais diversas para que o Governo do Estado, entendendo ser esse ramal ferroviário e esse porto intermodal importantes para o Paraná como mecanismos e benefícios, nós tivemos 57 meses para que ele pudesse, realmente, demonstrar a importância desses eventos.

O Paraná, ao longo desse período, segundo informações extra-oficiais, já que as informações oficiais nós não obtivemos até hoje, para nós já desembolsou mais de um bilhão, alguns falam em dois bilhões, assumiu de compromissos com empresas multinacionais ou empresas nacionais a título de investimento, a título de apoio logístico para se implantar no Paraná, e deixou de lado a nossa FERROESTE no seu prolongamento até Guaíra, podendo lá sim, implantar esse porto rodohidroferroviário e dar uma dinâmica maior para o transporte de cargas e ao desenvolvimento agropecuário daquela região do oeste do Paraná e também apoiando, conseqüentemente, a chegada dos trilhos até Guaíra.

Apoiando porque não dizer um intercâmbio maior com o Mato Grosso do Sul com o País vizinho do Paraguai.

É isso que nos deixa realmente, preocupados, porque quando tínhamos a possibilidade de fazer um investimento, optou o Governo por fazê-lo na indústria automobilística que certamente não é a que mais emprega, não é a que mais gera empregos, não é a que dinamiza o desenvolvimento do Interior.

Ouvi ainda a pouco os apartes que ofereceram ao Deputado Algaci Túlio o Deputado Neivo Beraldin e o Deputado Augustinho Zucchi, falando da necessidade de investimentos em apoio ao setor produtivo rural.

Entendo que nos Governos do PMDB de José Richa, Álvaro Dias e principalmente no Governo do Requião, esta demonstração de apoio ao Interior e

ao setor produtivo agropecuário ficou consolidado quando os trilhos da FERROESTE foram levados até Cascavel e, evidentemente, se alguma coisa ficou faltando, pouca coisa ficou faltando para que se utilizasse deste mecanismo de transporte.

Lamento ter que ler nos jornais que depois de ter dado tudo às montadoras, de ter dado tudo a empresas que talvez não ofereçam a nós o retorno econômico e principalmente social do ponto de vista do emprego, o Governo tenha que sair do Paraná para ir à Alemanha quem sabe de pires na mão, correndo diante dos empresários alemães para buscar recursos para investir numa obra que é de fundamental importância para o nosso Estado.

Lamento que o Governador tenha esperado 57 meses para chegar à conclusão que a FERROESTE não podia parar em Cascavel mas tinha que chegar até Guaíra.

E, uma outra coisa dentro deste mesmo enfoque também li ontem nos jornais, vi na televisão, o Governo anunciando cerca de três mil empregos com a vinda da Lacta para o Estado do Paraná.

Sabemos que isto não é verdade. Não é verdade porque temos que fazer as contas por inteiro, temos que fazer a conta aritmética e geométrica ou algébrica.

O que está acontecendo? Está vindo a Lacta para o Paraná em substituição à Philip Morris.

Três mil empregos serão gerados ao logo da implantação deste Projeto que pode chegar a 2004. Três mil empregos! A empresa Lacta anuncia que pelo menos 20% dos seus funcionários do Estado de São Paulo poderão se transferir para o Paraná, dentro de um programa de manutenção do emprego dos atuais funcionários da Lacta e estimam qualquer coisa ao redor de 600 a 800 funcionários que poderão vir.

Só temos três mil empregos, vamos tirar estes 800 que virão de São Paulo o sobrarão 2200 empregos. Vamos subtrair destes os mil e quinhentos que a Philip Morris mandou embora no final do ano e teremos não mais que 700 empregos gerados. mas, a notícia que se coloca na imprensa é que três mil empregos estarão sendo criados.

A Lacta é importantíssima porque vai manter o PIB econômico do Paraná, vai manter um desenvolvimento ligado ao setor agropecuário pelo consumo de leite que terá, mas, não vamos continuar enganando a população dizendo que serão criados três mil empregos. Não serão! Quem sabe se reestabelecerão os mil e quinhentos que foram demitidos, mas temos que dar este desconto.

Então, são estas coisas que muitas vezes deixam-nos um pouco indignados porque na realidade nem sempre se diz a verdade naquilo que se coloca na televisão. Lamentamos, mais uma vez,

que tenhamos que aprovar desta feita a ida do Governador para a Alemanha para buscar quem sabe, o dinheiro que ele já tinha na mão para fazer uma obra de importância como esta que é a FERROESTE.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, estamos discutindo um decreto que autoriza a viagem do Governador e sinto que alguns Parlamentares tem dificuldades de entender o objetivo da viagem do Governador porque existem governantes e governantes neste País.

Governantes que tem uma visão estratégica, tem uma visão de futuro, sabem semear para colher lá na frente. E, tem outros governantes que olham para o próprio umbigo e não sabem ter a visão estratégica de Estado.

Só quero colocar um número aqui que é muito importante, não quero nem entrar na questão da Ferroeste que vai ser estendida até Foz do Iguaçu e, se Deus quiser, até Guaíra. Sou representante do Município de Guaíra com dois mil e quinhentos votos e aprovo a viagem do Governador que vejo necessária esta ação do Governador porque conversava ele pela manhã e disse ao Governador que ele teria que ir a esta viagem e por isso nós temos até representantes da Assembléia Legislativa, o Deputado Elio Rusch, que vai acompanhar o Governador, representando esta Casa. É muito importante. Só quero citar um fato e V.Exa., como Presidente, que foi Secretário de Indústria e Comércio sabe muito bem e ainda ontem o Governador relatava na primeira Secretaria, quando fez uma visita ao Deputado Hermas Brandão: A Audi, para satisfação dos Parlamentares e de todos os paranaenses, hoje já é a quarta empresa em arrecadação de ICMS do Estado do Paraná.

Ora, nós temos que lembrar de todos os discurso feitos aqui contra a industrialização do Estado e eu vejo aqui o discurso quanto a questão da Lacta. Ora, se nós perdemos uma empresa, esta empresa desativou as suas atividades no Estado e nós com criatividade vamos buscar uma empresa para investir no Estado, criar aqui mais de três mil empregos, parece-me que isto não é salutar para o Estado.

Então, quero colocar aqui a posição da Bancada do Governo que apóia plenamente a viagem do Governador. Desejamos ao Deputado Elio Rusch que representa esta Casa e tenho certeza que ele tem todas as condições, até pela sua descendência, descendência alemã, vai representar esta Casa dignamente e certamente as pessoas que contam as viagens do Governador poderiam aproveitar para somar os investimentos que este Estado obteve no Governo Jaime Lerner e também aproveitar para

somar a geração de empregos que houve neste Estado, diga-se de passagem. Se os jornais paranaenses estão faltando com a verdade, como disseram há pouco, eu acho que os jornais nacionais não estão faltando com a verdade, porque o próprio Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo colocam o Estado do Paraná como um dos maiores geradores de emprego nos últimos quatro anos. Esta é a nossa posição e por isso nós vamos votar favoravelmente a viagem do Governador quantas vezes for necessária. Para nós não interessa o número de viagens. O que interessa é o desenvolvimento deste Estado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Orlando Pessuti, V.Exa. já encaminhou. Estamos em regime de votação. Não é permitido o mesmo Deputado encaminhar o mesmo assunto por mais de uma vez.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Então aguardo a votação e na sequência...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Em discussão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, não há dúvida de que quando o Líder do Governo afirma que o Paraná está se industrializando, seria tolo se não reconhecesse esta situação. O que a Oposição sempre fez nos últimos 57 meses foi observar o critério. Não foi contra a industrialização. Foi contra a prioridade que se deu, que hoje se dá incentivo a Lacta, entretanto a Penatti, que é de Rolândia, outras empresas que são de Umuarama, e assim o Paraná todo lutam com dificuldade enquanto nós estamos investindo recursos numa empresa de capital externo. Não somos contra, Valdir Rossoni. Ocorre o seguinte, que nós precisávamos ter um programa, precisava ter propostas para poder auxiliar, para poder apoiar, para poder estimular, para poder fazer com que as empresas nacionais, as do interior, as nossas, pudessem também receber esses benefícios. discordamos quando concedemos 48 meses de dilação de ICMS e as nossas empresas estão fechando com dificuldades. Não tem nenhuma agência de fomento que ela está criada por esta Casa com um capital de 100 milhões de reais, mas não tem como integralizar.

Aí, com certeza, nós teríamos, Deputado Rossoni, recursos para investir e apoiar as pequenas e médias empresas de nosso Estado. E assim poderíamos lembrar a Agricultura, o setor de serviços e

falta apoio. O que reclamamos é justamente o apoio!

E Deputado Rossoni, com relação a viagem que é propriamente a minha questão da discussão, ele falou que os jornais estão aí. O governante tem que viajar, se ele justifica. Agora, recentemente ele foi a Chicago e nós não sabemos o que ele foi fazer em Chicago. Com certeza nosso Governador visitou mais Londres do que Londrina, mas Amsterdan do que Maringá e é interessante que conheça o nosso Estado até para que ele possa formular políticas de apoio a nossa gente e a nossa Economia.

E por citar a Folha de São Paulo, uma boa oportunidade, nós fizemos requerimento a esta Mesa, há alguns meses atrás, pedindo que o Governo nos informasse as empresas que receberam benefícios de dilação de recursos, o número de empregos que gerou. Uma boa oportunidade para que pudesse contestar e hoje, com certeza o Deputado Pessuti não teria esta dificuldade de entender estes números porque teria uma informação do próprio Governo, mostrando o seu trabalho.

Esta é a minha intervenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para corrigir o que o Deputado Rossoni colocou porque na argumentação dele ele tentou colocar em minha boca palavras que eu não disse. Ele disse que eu teria afirmado que os jornais teriam mentido. Não disse isso, eu disse que o Governo do Estado estava mentindo quando disse que ia criar 3.000 empregos. Eu não disse que são os jornais, eu disse que o Governo do Estado está mentindo!

Com referência também que nós somos contra a industrialização, não é verdade. Nunca manifestamos a nossa contrariedade em relação ao processo de industrialização! Disse bem o Deputado José Maria, somos contra os critérios que se adota de beneficiar, de forma vergonhosa até, empresas que são de outros Estados e de outros países, em detrimento das empresas paranaenses.

Cito mais o caso da COROL de Rolândia, que está passando um sufoco danado, em busca de recursos, de apoio, para implantação de uma indústria de suco de laranja, lá em Rolândia. Correndo o risco, inclusive, a cooperativa, de comprometer outras estruturas, por falta de um apoio mais determinado do próprio Governo.

Então, só para corrigir as palavras que o Deputado Valdir Rossoni tentou, de forma muito especial, como ele faz, colocar na minha boca. Não dissemos que são os jornais que estão mentindo,

dissemos que é o Governo que mente quando diz que está gerando 3.000 empregos. Na realidade, não está gerando 3.000 empregos!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Pessuti, não há Questão de Ordem e esta Presidência sente-se no dever de fazer um esclarecimento sobre este aspecto nesta oportunidade...

O SR. VALDIR ROSSONI

Gostaria, Senhor Presidente, que Vossa Excelência me desse a Questão de Ordem, se possível, gostaria de contrapor algumas colocações do Deputado Pessuti, se possível antes de seu pronunciamento, se for sobre este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Trata-se de matéria vencida.

O SR. VALDIR ROSSONI

Mas gostaria, como fui citado aqui, a minha verdade e não o que o Deputado Pessuti colocou.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A título de Explicações Pessoais, Vossa Excelência pode se explicar então, porque não é Questão de Ordem, trata-se de matéria vencida.

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço a deferência de Vossa Excelência.

O Deputado Orlando Pessuti coloca que falei que os jornais mentiram. Não, coloquei porque li em todos os jornais do Paraná, estava escrito: "Mais de 3.000 empregos com a vinda da Lacta". Então, não fui eu quem falei, estava escrito no jornal, ele está duvidando também da imprensa. Foi esta a minha colocação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Já disse que não estou duvidando da imprensa.

O SR. VALDIR ROSSONI

E a outra colocação, quero deixar também bem claro aqui, que o Governo do Estado do Paraná, pela situação financeira criada no País, sobre a questão bancária. Hoje, praticamente não tem mais um instrumento bancários para financiamento.

É importante que se diga, que quem tem que financiar as empresas paranaenses - e aí quero colocar e nomear como meu representante o Deputado José Maria, para que ele vá ao Presidente da República e peça ao BNDES, porque sou um pequeno empresário e me socorro no BNDES, para os financiamentos, para modernização da minha

empresa. O grande instrumento desse País, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, Paraná e em São Paulo, quer dizer, no Brasil, em todos os Estados. O nosso País só tem um instrumento para financiar as empresas e modernizar as empresas. Não podemos esconder o sol com a peneira. Só temos um instrumento que se chama BNDES. Se me apresentarem outro Banco que esteja operando, para socorrer as empresas, para investir e modernizar, deixo aqui uma pergunta no ar, que me apresenta, porque eu, como médio empresário, tenho me socorrido com o BNDES.

Nem um Estado brasileiro, Senhor Presidente, tem hoje um agente que possa financiar com recursos próprios em socorro das empresas brasileiras. Isto é uma questão nacional, e nomeio o Deputado José Maria para ser meu embaixador, junto ao Presidente da República, para que ele recorra ao BNDES, que venha realmente socorrer as empresas paranaenses. Porque, as que estão vindo, estamos financiando com dilação de ICMS. É importante que se ressalte isso, porque senão, estamos trocando "alhos por bugalhos".

Era isso, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não tenho dúvidas que a matéria é apaixonante. E gostaria de discutir esse assunto junto com vocês, até porque, como ex-Secretário da Indústria e Comércio, gostaria muito. É uma pena que não fui convocado na gestão anterior, para discutir esse assunto.

Gostaria de discutir esse assunto. E ainda está em tempo. É importantíssimo que o nosso Governador tenha condições, se ele só tem condições de ir hoje à Alemanha, buscar parceiros para a construção da FERROESTE, é porque existe no nosso Estado uma alteração do perfil econômico, uma credibilidade e que as coisas realmente se alteraram. Dizer que a história, num curtíssimo espaço de tempo, vai nos provar que o processo de industrialização e de transformação do perfil do nosso Estado, não é verdadeiro, isso é óbvio!

Então, claro que acontece, e entendo que no calor do debate, as coisas sejam distorcidas. Ninguém em sã consciência, é contra a industrialização e a oposição, o Deputado Orlando Pessuti também não foi, nem mesmo o Deputado José Maria. O que não se pode, efetivamente, é dizer que o Estado esteja investindo em empresas de capital incerto. Não é verdadeiro isso também. O que não se pode, é querer que o Estado financie os novos investimentos. Ao mesmo tempo seja responsável pelas empresas que aqui estão e que seja o pai de todos os investimentos. Realmente não existe Estado nem País capaz de fazer isso. Temos hoje que adotar todas as parcerias.

Por isso o tema em questão e foi que foi votado, é uma autorização para o Governador poder ir buscar parceiros fora do País, e esta Assembléia com muita honra se fará representar pelo nosso Deputado Elio Rusch.

Com a palavra o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA
(**Explicações Pessoais**)

Nós, em momento algum, não houve nenhum posicionamento contrário a industrialização. O Deputado Valdir Rossoni, fomos contrários à forma e esta é a forma que se encaminhou em parte as dificuldades que o Tesouro do Estado vive. Em parte é o que o Tesouro deve hoje ao BANESTADO. E em parte, é o que falta de cem milhões, para poder efetivamente investir e bancar a capitalização da agência de fomento nosso.

E aí não precisaria ir até o BNDES para solicitar recursos. Teríamos dentro do próprio Governo, recurso feito pela economia do Paraná e pelas vendas da descapitalização das empresas paranaenses. É nesse sentido que queríamos reafirmar, porque não existe só uma saída neste País. Existe a saída que cada governante cria. Cabe a nós criarmos as saídas para que a nossa economia possa prosperar e possa se sustentar dentro dos limites do próprio Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2007, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERARDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente Senhores Deputados.

Vivemos há poucos dias um grande drama nacional quando o Deputado Hildebrando foi notícia mundial por ter feito o que fez e por possuir a imunidade que o Congresso Nacional lhe dá.

Tenho um filho com seis anos de idade e quando ele via na televisão um Deputado cortou um outro ser humano, tive dificuldades de explicar a ele que o Deputado tem imunidade por ser Deputado.

Sinceramente gostaria de poder chegar aqui hoje e dizer ao povo do Paraná, que abro mão da minha imunidade parlamentar para crimes comuns. Mas não posso fazê-lo, porque a Constituição Federal dá esse direito aos Parlamentares.

Então, encaminho à Mesa para que encaminhe ao presidente do Congresso Nacional um pedido que se reformule a Constituição Federal no sentido de abrir a imunidade parlamentar para crimes comuns.

Ao mesmo tempo que peço o voto dos Senhores Deputados, gostaria de fazer um novo apelo à Vossa Excelência, para que todo ou qualquer pedido de processo de crimes comuns dos nossos Deputados, que a Assembléia possa votar aqui e deliberar para que o processo não cesse, enquanto o Deputado Parlamentar detenha o mandato popular, afim de que possamos explicar para os nossos filhos, o que significa ser um Deputado Estadual e porque um Deputado é chamado de Excelência.

Ele deve ser chamado de Excelência, porque é evidente, ele deve ser excelente, deve ser um cidadão exemplo da sua sociedade.

Então, peço que os nobres colegas votem a favor de encaminharmos esse requerimento, para desencadearmos um processo, talvez a nível de Brasil, para mudarmos essa situação.

Aqui, nós paranaenses temos que também, mais uma vez dar o exemplo. Apareceu um processo, pedido da justiça, para processar o Deputado por crime comum, que os Deputados aqui votem e dêem autorização, para que os processos não cessem só porque ele detêm um mandato popular.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
(Para Encaminhar)

Até concordo com o Deputado Neivo Beraldin, mas tem coisas que eu não concordo.

Por exemplo, entrou aqui um cidadão, de Apucarana, filho da família, não sei se o Deputado Pessuti pode me ajudar, Cequetin (?), que tem um Cortume ali na região de Apucarana.

Uma família tradicional, que tem um cortume muito grande. Um irmão dele veio para Curitiba, e se hospedou num hotel aqui na Capital do Estado, com a espôsa com câncer.

No hotel, deixou algumas jóias guardadas dentro do cofre.

Lamentavelmente, a senhora veio a falecer e as jóias desapareceram de dentro do cofre. Ele veio ao meu gabinete e pediu que eu orientasse e encaminhasse a algum advogado. Aí, encaminhei. A guerra foi muito grande, e levei-o a televisão.

Através da televisão é que as jóias começaram a ressurgir. Dei o direito de resposta ao cidadão dono do hotel. Se não bastasse ele entrou com um processo criminal contra mim, alegando que eu não dei direito de resposta a ele, que ele não ia devolver as jóias, etc.

Não posso permitir ser processado por um ladrão. Tenho imunidade, quero a minha imunidade e não vou ser processado por um canalha que roubou determinadas jóias, na Capital do Estado, de um cidadão que mora em Apucarana, uma família decente, honesta, honrada e de caráter.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Vossa Excelência tem todo o direito de discutir a questão do processo na Justiça, assim como tem todo o direito qualquer cidadão.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
(Para Encaminhar)

Vou discutir depois de terminar o meu Mandato. Não tenho tempo de ficar gastando dinheiro para estar contratando advogado para discutir com ladrão.

Agora, se eu for corrupto, se for taxado de ladrão, de traficante, de canalha, de ordinário, de matar, de roubar, de criar esquadrão da morte, aí sim, eu não quero nem que me dêem imunidade, rasgo o meu diploma de Deputado e dou um tiro na cabeça.

Era só Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa esclarece que o Deputado Neivo Beraldin, encaminha o requerimento a este Plenário, solicitando autorização para que se envie uma correspondência ao presidente do Senado, o Senador Antonio Carlos Magalhães, bem como, aos representantes paranaenses no Congresso, solicitando alteração do artigo na Constituição, no que diz respeito a imunidade Parlamentar.

Para encaminhar o Deputado Moisés Leônidas.

O SR. MOISÉS LEÔNIDAS (Para Encaminhar)

Acho que esta matéria não deveria ser discutida tão rapidamente, porque diz respeito à consciência nacional. O Deputado Neivo Beraldin tem razão em fazer um pedido desses, mas a conscientização nossa a nível nacional e em especial com relação ao parlamento, é saber diferenciar o que é imunidade com impunidade. O Parlamentar - e aí em qualquer País democrático do mundo - deve estar sempre respaldado da sua imunidade Parlamentar, exatamente para enfrentar a força poderosa que às vezes vem de uma denúncia que o Parlamentar tem que fazer contra, muitas vezes, até o próprio Governo.

O que acabamos vendo no Brasil, é que muitos bandidos, compram o mandato para comprar a imunidade e aí é que o País não pode permitir, porque o Congresso Nacional ou qualquer Assembléia a nível nacional, é o reflexo da sociedade.

Temos, no Congresso Nacional, representantes da área evangélica, da área católica, do empresariado mas tem também da cocaína, do desmanche de carros, tem da bandidagem em todos os sentidos. Então, esses bandidos não podem estar respaldados atrás da imunidade, porque estão com-

prando uma impunidade que o País tem de cambiar por aí afora.

Gostaria que o debate fosse nacional com relação a isso, para que o Brasil deixasse de fazer com que os bandidos da pior espécie, porque não tem pior do que aquele que faz o tráfico de drogas, compre um mandato de Deputado Federal, de Senador ou do que quer que seja, para, atrás disso, ter a sua impunidade garantida e não a chamada imunidade parlamentar, que é uma das coisas mais nobres que qualquer aluno no primeiro ano de um curso de Direito, aprendeu que o cidadão, para poder representar o povo e denunciar em nome do povo e defender a sua sociedade, precisa estar atrás de um respaldo que lhe dê a garantia de poder falar defendendo o povo e tendo a garantia de não ser punido pelo que faz para garantir a democracia.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Presidência esclarece que a Mesa recebeu um requerimento que não é senão uma sugestão do Deputado Beraldin para que se encaminhe uma correspondência ao Presidente do Senado e aos Parlamentares paranaenses e é esta a sugestão que está em votação.

Estamos em regime de votação.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Só para concluir.

Vou votar favoravelmente ao requerimento e daríamos um grande exemplo de não fugir de um debate desses, para tirar da vida pública muito bandido que quer ter a impunidade como se fosse imunidade.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

E acho que veio em boa hora.

Colocamos em votação.

Aprovado.

Requerimentos nºs 1992 a 1994, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1995 e 1996, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1997, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2001 e 2002, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2003 a 2005, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2008, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2006, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, com apoio dos Senhores Deputados Hermes Fonseca, Waldyr Pugliesi, Ademir Bier e Orlando Pessuti, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Para encaminhar.

O SR. VALDIR ROSSONI

Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se na forma regimental.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Depois, na sessão seguinte, o Parlamentar não terá condições de defender?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Absolutamente.

Vossa Excelência tem todo o direito, no encaminhamento com quinze minutos e com direito à prorrogação de tempo.

Esta Presidência lembra aos Senhores Deputados que iremos, conforme já concitamos Vossas Excelências e líderes dos Partidos para uma primeira reunião com a Presidência, para ajustarmos questões referentes à pauta, ao Regimento e alguns mecanismos das sessões, pertinentes às Lideranças dos Partidos, imediatamente no gabinete da Presidência.

É evidente que na ausência do Líder do Partido, qualquer representante será bem recebido.

Quero também lembrar que amanhã, às 11 horas, será realizada uma Missa na Capela da Assembléia, em homenagem póstuma ao nosso Deputado Anibal Khury.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, antes que Vossa Excelência encerre a sessão, sobre esse assunto que nós estávamos tratando quanto a questão da industrialização, eu gostaria de deixar só um registro aqui, que eu tive uma falha de memória e quero pedir desculpas para o companheiro que eu tive uma lembrança de um triste episódio do Estado do Paraná, quando foi extinto o BADEP.

Só queria deixar registrado na Ata da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 30, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 114, 195, 372 e 439/99;

e dos de Resolução nºs 030 e 031/99.

Levanta-se a sessão.